



ANDERSON MOREIRA uma análise comparativa entre os
ARISTIDES DOS indicadores socioeconômicos da
SANTOS* região Nordeste e do Brasil
EDLER ANGELINO DE
SOUSA**

*Mestre em
Economia pela Ufal

** Mestre em
Economia pela Ufal

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise comparativa entre indicadores socioeconômicos da região Nordeste e do Brasil, com foco no período pós Plano Real. Foram utilizados PIB, PIB per capita, vendas no varejo, desempenho do comércio exterior, pobreza, desigualdade de renda, educação e saneamento básico, tendo como fonte a base de dados do IPEADATA. Constatou-se uma melhoria em todos os indicadores, principalmente a partir dos anos 2000, o que permitiu diminuir um pouco as disparidades inter-regionais, mas longe ainda de ter alcançado um ideal, constituem-se grandes desafios ao Nordeste reduzir ainda mais a pobreza, melhorar o nível educacional em busca do maior desenvolvimento socioeconômico da região.

PALAVRAS-CHAVE

Indicadores socioeconômicos. Desigualdades regionais. Nordeste. Brasil

ABSTRACT

This paper aims to present a comparative analysis among indicators socioeconomics of the Northeast region and of Brazil, with focus in the period after Real Plan. The GDP, GDP per capita, retail sales, international trade, poverty, inequality of income, education and basic sanitation were used for the analysis. The source of the base of data was the IPEADATA. An improvement was verified in all the indicators, mainly starting from the years 2000, the one that allowed reduce a little the disparities inter-regional, but far away still of having reached an ideal, great challenges are constituted to the Northeast to reduce still more the poverty, to improve the educational level in search of development socioeconomics of the region.

KEY WORDS

Socioeconomics indicators. Inequalities regional. Northeast. Brazil.

INTRODUÇÃO

Segundo estimativas do IBGE¹, a população residente brasileira atingira 191.481.045 no ano de 2009, dos quais 53.591.299 de brasileiros estão no Nordeste, o que equivale a cerca de 28% do total. A região Nordeste concentra o segundo maior aglomerado populacional do Brasil, ficando apenas atrás do Sudeste (42% do total). A maior parte da população nordestina vive em áreas urbanas, no qual a taxa de urbanização em 2007 foi de aproximadamente 75%.

Até há pouco tempo, a região Nordeste era conhecida como a região problema do Brasil. Fadada por uma atividade econômica agrícola de monocultura exportadora, a região não conseguiu desenvolver-se como posteriormente o fez o Centro-Sul do país. O padrão de acumulação de capital predominante não permitiu a reprodução ampliada do capital. Após o período dourado do ciclo da cana-de-açúcar, a região Nordeste começou a ceder seu lugar de destaque para as então províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, transformando-se em sinônimo de atraso, pobreza e desigualdade social e econômica. Somente em meados da década de 40 do século XX, por meio da ação planejada do Estado e na tentativa de enfrentar os problemas acima citados, foram criadas diversas instituições federais: a Chesf, em 1945, para construir a infraestrutura na oferta de energia elétrica; o DNOCS (antigo IFOCS), também em 1945, para superar o problema das estiagens prolongadas; a Codevasf, em 1947, para desenvolver o vale do São Francisco; o BNB, em 1952, para apoiar a economia do semi-árido; e, por último, a Sudene, em 1959, para planejar o desenvolvimento da região (CARDOSO, 2007 apud CARVALHO, 2008).

Mais recentemente, o Nordeste experimenta uma nova onda de crescimento impulsionado-a pelo aumento do consumo. Por exemplo, desde 2004 as vendas reais no varejo vêm crescendo muito mais rápido que a média nacional. Os aumentos reais no salário mínimo, juntamente com a expansão dos programas assistencialistas como o bolsa família, permitiram a entrada de milhões de consumidores no mercado. Essa explosão no consumo, apesar de estar apoiada no aumento das transferências federais, trouxe uma nova dinâmica na vida econômica e social nordestina.

¹ IBGE – Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) – População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Os últimos anos são marcados por melhorias nos aspectos socioeconômicos tanto no Brasil como na região Nordeste. No Nordeste entre 1993 e 2007 houve reduções na pobreza (34%), desigualdade de renda (10%) e taxa de analfabetismo (12 pontos percentuais), na porcentagem de pessoas com abastecimento adequado de água (28 pontos percentuais) e no esgotamento sanitário (22 pontos percentuais). Esses avanços estão relacionados às políticas públicas em geral tais como: transferência de renda, maior oferta de educação para crianças e jovens e ainda algumas políticas de infraestrutura e habitação. E outro fato importante que tem beneficiado aos mais pobres é o aumento real do salário mínimo.

Com base nessa breve apresentação, o objetivo deste trabalho é analisar alguns indicadores socioeconômicos no Nordeste comparando ao Brasil e às demais regiões. O foco será no período pós Plano Real, apesar de em alguns casos serem analisados dados anteriores como forma de comparação.

Para tanto, o trabalho se divide em três seções além desta. A segunda seção irá apresentar dados econômicos: PIB, PIB per capita, taxa de desemprego. A terceira, apresenta dados socioeconômicos levando em consideração as dimensões: pobreza, desigualdade de renda, educação e saneamento básico, esta última ligada à habitação, ou seja, às condições encontradas em domicílios. E a quarta seção apresenta algumas considerações finais.

INDICADORES ECONÔMICOS

Nesta seção, analisam-se indicadores econômicos, tais como taxa de crescimento do PIB, PIB per capita e vendas no varejo para o Brasil e para a região Nordeste.² Guimarães Neto (2004) afirma que a região Nordeste sempre seguiu a tendência de crescimento apresentada pelo Brasil, crescendo quando esta última crescia e reduzindo a intensidade do seu nível de atividades quando a economia nacional registrava desaceleração. É exatamente isso que podemos constatar no GRAF. 1. Nas barras, apresentamos o PIB do Nordeste (em bilhões de Reais) em valores constantes de 2000 e nas linhas as taxas de crescimento do PIB para o Brasil e para o Nordeste entre 1993 a 2007. Em 2007, o PIB

² Todos os dados foram retirados do Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>.

nordestino beirava a casa dos 199 bilhões de reais. No acumulado do período (1993 a 2007), o Produto Interno Bruto nordestino cresceu 59,94% em termos reais, enquanto que o nacional registrou 56,89% de crescimento. Pela análise das linhas de taxa de crescimento, verificamos que de fato a economia do Nordeste acompanha de perto a evolução da economia nacional. Somente entre 2004 e 2006, é que parece haver um descolamento entre o desempenho das taxas de crescimento. Entre 2004 e 2005 a taxa de crescimento do PIB nacional reduz sua velocidade de crescimento enquanto a do Nordeste continua a acelerar, ocorrendo exatamente o inverso entre 2005 e 2006. A média de taxa de crescimento no período foi de 3,51% para o Nordeste e de 3,43% para o Brasil. Ainda com respeito ao desempenho do PIB brasileiro, enquanto que, no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), a média de crescimento foi de 1,63%, no governo Lula (2002-2007) foi de 5,63%. Os resultados são parecidos quando se analisa o desempenho do PIB da região Nordeste: 1,95%, a média de crescimento do PIB no governo FHC, e 5,55% no governo Lula.

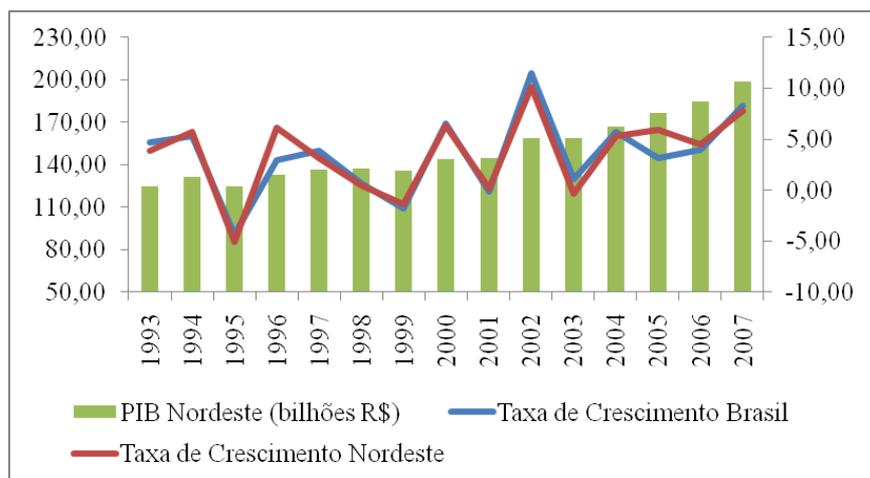


GRÁFICO 1 – PIB do Nordeste (bilhões de R\$) e taxas de crescimento do PIB para o Brasil e região Nordeste 1993 – 2007

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Ipeadata.

No que se refere ao PIB per capita, a região Nordeste possui o menor nível entre as macrorregiões brasileiras. Em 2007, a renda *per capita*

dos nordestinos atingiu R\$ 3.862, o que correspondia a menos da metade do PIB *per capita* nacional (R\$8.272). Como era de se esperar, o Sudeste foi a região com maior PIB *per capita* para todo o período analisado. Interessante observar que a região Centro-Oeste desde 2002 apresenta o segundo maior nível de PIB *per capita*, ultrapassando a região Sul. Todas essas considerações podem ser observadas a partir da TAB. 1.

O crescimento médio do PIB *per capita* brasileiro entre 1993 e 2007 foi de 2,15%. Analisando apenas a década de 1990, o resultado é ainda mais desolador: entre 1993 e 1999 praticamente não houve crescimento no PIB *per capita* brasileiro (0,14%). E observem que o nível de renda *per capita* em 1999 é inferior ao de 1993. Os primeiros anos do século XXI foram melhores, apresentando uma média de crescimento de 3,91%. Para o Nordeste, os resultados não diferem muito. A média de crescimento para o período como um todo foi de 2,39%. O PIB *per capita* nordestino cresceu em média 0,65% entre 1993 e 1999 e 3,91% para os primeiros anos do século XXI.

TABELA 1
PIB *per capita* para o Brasil e grandes regiões 1990 e 2007 (em mil Reais)

	Brasil	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1993	6,283	5,529	4,630	2,812	7,731	8,495
1994	6,523	6,006	4,610	2,940	8,153	8,751
1995	6,149	5,512	3,920	2,760	7,376	8,461
1996	6,243	5,664	3,945	2,896	7,561	8,497
1997	6,395	5,921	3,813	2,955	7,608	8,781
1998	6,355	6,404	3,806	2,936	7,488	8,664
1999	6,127	5,778	3,603	2,854	7,350	8,368
2000	6,430	6,498	3,873	2,998	7,650	8,713
2001	6,329	6,586	3,907	2,967	7,641	8,479
2002	6,955	8,770	4,192	3,230	7,981	9,248
2003	6,932	8,925	4,219	3,179	8,350	9,068
2004	7,224	9,354	4,513	3,310	8,565	9,465
2005	7,347	9,204	4,563	3,465	8,322	9,748
2006	7,533	9,232	4,743	3,579	8,407	10,040
2007	8,278	10,212	5,228	3,862	9,479	11,032

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Ipeadata.

A TAB. 2 exhibe a participação dos setores da economia como proporção do PIB (valor adicionado a preços básicos de 2000) para o Brasil e grandes regiões entre 1994 a 2007. Vemos que a participação do setor serviços é crescente tanto para o Brasil quanto para todas as regiões, em detrimento aos setores agropecuário e industrial. Cerca de 71,31% do PIB brasileiro em 2007 teve como origem o setor de serviços, enquanto que para o Nordeste a proporção aumenta para 71,9%. Apenas 6,83% do PIB nordestino advêm da agropecuária em 2007, enquanto a média nacional ficou em 4,78%. A indústria contribui com 21,27% do PIB do Nordeste, pouco abaixo dos 23,91% da média nacional. Chamam a atenção os valores da região Centro-Oeste: apesar de ser uma fronteira consolidada de exploração agrícola do país, considerando todo o período, é do setor de serviços que provem a maior parte do PIB, em que 2006 alcançou a marca de 78,6%, diminuindo um pouco em 2007 (77,69%), valores esses maiores do que as demais regiões e do que a média nacional. Numa análise mais minuciosa da tabela, verifica-se que, entre 1995 e 1999, a participação dos setores na economia como proporção do PIB é relativamente estável (por isso alguns anos foram retirados para melhor visualização da tabela). Entre 2000 e 2001, o setor de serviços perde um pouco de participação, principalmente para a indústria, mas já a partir de 2002 a participação do terceiro setor cresce bastante, atingindo um índice em torno de 70% desde então para o Brasil.

TABELA 2
Participação dos setores da economia como proporção do PIB 1994 – 2007

Agropecuária											
	1994	1995	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006	2007
Brasil	9,84	8,03	7,63	7,36	6,95	7,76	5,70	6,39	5,93	4,69	4,78
Centro-oeste	14,67	12,93	12,05	12,86	12,99	13,29	11,54	12,53	13,01	7,84	8,91
Norte	17,06	14,81	12,48	13,12	11,66	11,81	10,72	11,36	9,54	8,62	8,52
Nordeste	12,87	12,05	11,57	8,19	8,72	8,49	7,73	8,51	8,09	6,91	6,83
Sul	14,92	11,95	12,71	12,90	12,03	12,85	8,76	10,94	9,41	7,26	7,64
Sudeste	6,35	4,92	4,30	4,44	3,90	4,98	3,01	3,04	2,89	2,61	2,48
Indústria											
	1994	1995	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006	2007
Brasil	39,29	35,02	35,25	35,61	37,34	37,52	23,30	24,09	25,84	24,71	23,91
Centro-oeste	19,20	17,91	17,93	17,70	17,96	18,52	12,60	12,69	14,14	13,54	13,40
Norte	34,96	35,06	35,20	33,81	36,45	39,53	26,08	26,21	27,91	27,90	26,04
Nordeste	33,39	29,98	29,41	33,32	32,86	34,05	21,54	21,83	22,84	22,04	21,27
Sul	42,21	37,35	37,11	37,80	39,78	40,45	25,84	25,68	28,05	26,15	25,46
Sudeste	42,19	37,15	37,81	37,58	40,01	39,62	24,38	25,76	27,57	26,34	25,52
Serviços											
	1994	1995	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006	2007
Brasil	50,87	56,95	57,13	57,03	55,71	54,72	70,99	69,52	68,22	70,60	71,31
Centro-oeste	66,13	69,16	70,02	69,45	69,05	68,19	75,86	74,78	72,85	78,63	77,69
Norte	47,98	50,13	52,31	53,08	51,89	48,66	63,20	62,43	62,55	63,48	65,44
Nordeste	53,74	57,97	59,02	58,48	58,41	57,45	70,74	69,66	69,07	71,05	71,90
Sul	42,87	50,69	50,18	49,29	48,18	46,71	65,40	63,37	62,54	66,59	66,90
Sudeste	51,47	57,93	57,89	57,98	56,09	55,40	72,61	71,20	69,55	71,05	71,99

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores.

As vendas no varejo podem indicar o ritmo do consumo de uma economia. No GRAF. 2 temos o índice dessazonalizado das vendas reais no varejo entre 2000 e 2009 para o Brasil e a região Nordeste, tomando como base o ano 2000. Vê-se claramente que, desde 2004, a região Nordeste apresentou crescimento nas vendas no varejo bem superiores a média nacional. Coincidência ou não, é exatamente neste período que entra em cena o Programa Bolsa Família, que unifica os programas de transferência de

renda até então existentes e os expande³. O crescimento acumulado no período foi de 70% para a região Nordeste, enquanto para o Brasil foi de 42,66%. Podem-se observar também dois períodos distintos. O primeiro que vai de 2000 a 2003 é marcado pela diminuição do índice das vendas reais no varejo tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, com exceção do ano 2002 para o Nordeste, que apresentou ligeira recuperação, mas logo voltou a diminuir. Em 2003, o índice correspondia a 94,37% daquele alcançado no ano 2000 para o Brasil e 94,22% para o Nordeste. E o segundo período, que se estende entre 2003 e 2009, é caracterizado por um aumento contínuo nas vendas no varejo, principalmente para o Nordeste brasileiro. O crescimento médio nas vendas no varejo entre 2004 e 2009 foi de 10,44% para o Nordeste, e de 7,15% o crescimento médio registrado para o Brasil como um todo.

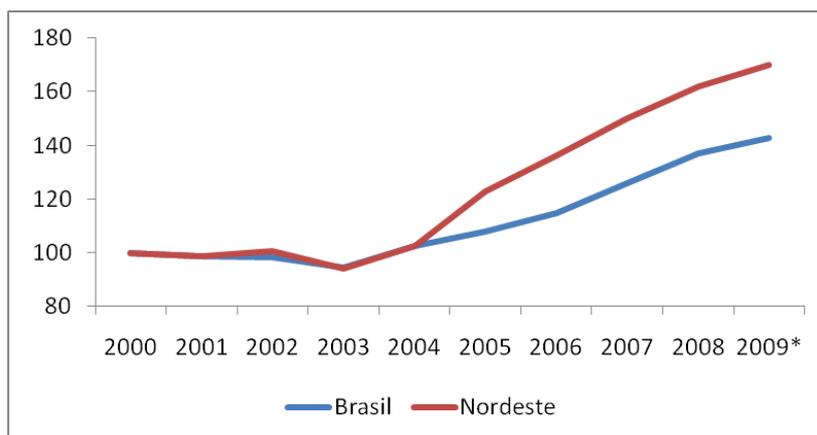


GRÁFICO 2 – Evolução do Índice Dessazonalizado das vendas reais no varejo para o Brasil e região Nordeste, 2000 a 2009

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Ipeadata.

Notas: *Dados Consolidados até Julho de 2009.

³ O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória n. 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. O PBF unificou os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, todos criados no governo FHC, colocando-o sob a administração do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Nos últimos anos, as exportações brasileiras representam entre 10% a 15% do PIB. A TAB. 3 mostra a variação das exportações do Brasil e grandes regiões para o período de 1993 a 2007. Tomando o período como um todo, o crescimento médio das exportações para o Brasil foi de 8,06%. A região que apresentou maior crescimento foi a Centro-Oeste com 18,04%, impulsionada pelas *commodities*, principalmente a soja. E a região com desempenho mais fraco foi a Nordeste, com 6,64%. Esse fraco desempenho implicou a diminuição relativa das exportações nordestinas em relação às do Brasil, saindo de 8,7% em 1993 para 8,13% em 2007.

Mas essa análise anterior pode deixar algumas informações relevantes de lado. Para uma análise mais acurada foi construído o GRAF. 4 para a variação das exportações brasileiras no qual se dividiu toda a série em três períodos. Entre 1993 e 1995 o ritmo de crescimento das exportações foi diminuindo chegando o volume das exportações a ser menor em 1995 em relação ao ano anterior com uma redução de 6,23%. O crescimento médio desse período foi de apenas 3,42%. O período entre 1996 e 2004 é marcado por grande volatilidade das exportações e considerável crescimento médio de 10,11%⁴. Já para o período 2004-2007 as exportações voltam a crescer num ritmo menor com uma tendência de retomada já a partir de 2006.

⁴ 2003 foi ano de eleições presidenciais e o câmbio chegou a quase R\$4/dólar, devido ao “risco Lula”.

TABELA 3
 Variação (%) das exportações para o Brasil e grandes regiões 1993-2007

Ano	Brasil	Nordeste	Norte	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
1993	14,92	-0,51	18,77	12,08	10,74	29,26
1994	1,56	8,96	-3,56	0,02	32,47	1,38
1995	-6,23	-1,86	1,87	-7,83	-9,00	-5,43
1996	2,03	-4,19	3,48	1,98	18,55	2,67
1997	10,08	3,68	3,78	10,53	24,47	11,16
1998	3,42	2,40	4,98	5,94	-14,15	-0,10
1999	7,29	2,38	9,70	6,99	28,07	6,93
2000	12,02	8,65	18,92	9,97	31,36	14,14
2001	11,00	10,21	5,81	7,06	42,47	17,17
2002	9,85	18,10	10,96	8,80	16,99	8,47
2003	16,47	20,85	34,42	12,71	20,21	18,45
2004	18,84	17,68	9,05	23,26	12,51	13,89
2005	11,15	13,55	32,31	9,76	47,62	0,96
2006	3,19	-2,36	1,17	6,48	0,85	-0,87
2007	5,37	2,03	-7,52	4,76	7,52	10,82
Média	8,06	6,64	9,61	7,50	18,04	8,59

Fonte: Cálculos dos autores a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Entre 1993 e 2006, o volume das importações brasileiras cresceu 161%. Mas isso não ocorreu de forma homogênea. O processo de liberação das importações sempre esteve condicionado à conjuntura macroeconômica do país, principalmente com a entrada em vigor do Plano Real. Como pode ser constatado na TAB. 4, que apresenta as variações das importações para o Brasil e grandes regiões entre 1993 e 2006, as importações apresentaram grande volatilidade tanto para o Brasil como um todo quanto para as grandes regiões.

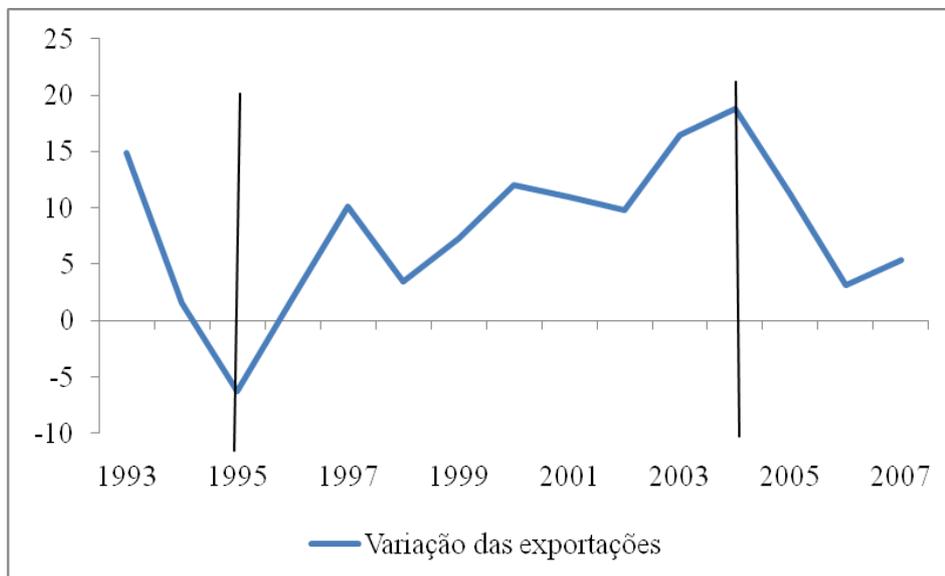


GRÁFICO 3 – Evolução da taxa de variação das exportações do Brasil

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

O crescimento médio registrado das importações para o Brasil foi de 9,73%. A região Sudeste, mesmo possuindo a maior demanda por importações, apresentou o menor crescimento médio do período considerado. O maior crescimento médio da demanda de importações foi o da região Centro-Oeste com 20,18%. O crescimento médio para o Nordeste foi de 12,95%. Esse desempenho permitiu que as importações nordestinas aumentassem em relação ao montante nacional. Em 1993, as importações nordestinas representavam 7,79% das importações totais, tendo alcançado em 2006, 9,7%.

TABELA 4
Variação (%) das importações para o Brasil e grandes regiões 1993-2006

Ano	Brasil	Nordeste	Norte	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
1993	21,07	41,39	54,52	14,56	-11,08	35,70
1994	29,29	23,35	31,97	27,83	53,24	37,08
1995	45,83	41,70	54,04	48,19	26,42	33,57
1996	4,29	13,07	7,71	2,78	20,22	4,19
1997	11,82	1,47	-0,03	12,57	37,02	19,88
1998	-1,18	-7,84	-26,19	-1,96	25,56	17,37
1999	-15,37	-7,97	-9,00	-16,64	25,55	-19,24
2000	7,59	28,03	31,29	1,84	-10,02	16,18
2001	-1,40	6,20	-15,28	-1,99	20,14	0,67
2002	-13,07	-7,01	-4,06	-14,33	14,75	-18,91
2003	-2,89	-11,82	4,18	-4,85	3,47	5,57
2004	22,43	19,90	16,22	24,57	29,76	17,59
2005	9,18	6,66	13,60	6,76	18,48	15,40
2006	18,60	34,11	17,61	14,29	28,96	23,96
Média	9,73	12,95	12,61	8,12	20,18	13,50

Fonte: Cálculos dos autores a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Esta seção irá analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos no Nordeste, comparando com os indicadores das demais regiões brasileiras e ao Brasil. Serão consideradas as seguintes dimensões: pobreza, desigualdade de renda, educação e saneamento básico. Os dados têm como fonte o Ipeadata e contemplam o período de 1993-2007.⁵

⁵ Os dados são de origem da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) que não esteve em campo nos anos de 1994 e 2000. Devido à atualização de dados do Ipeadata, a pobreza e desigualdade de renda são analisadas para o período de 1993-2008, e diferente dos demais dados, esses consideram as reponderações das PNAD's 2001-2007 obtidas com a contagem populacional feita pelo IBGE em 2007.

POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

Nesta subseção, será analisada a evolução da pobreza e da desigualdade de renda. Primeiramente, a TAB. 5 se refere à porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza.⁶ Observa-se que, em todas as regiões do Brasil, esse indicador apresentou redução no período 1993-2008. As maiores quedas ocorreram nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, respectivas reduções de 6,28%; 5,91% e 5,77% ao ano (doravante a.a). Já a região Nordeste obteve uma redução de 3,25% a.a e o Brasil de 4,20% a.a.

TABELA 5
Variações Percentuais na proporção de pobres nas regiões do Brasil no período de 1993 a 2008

	$\Delta\%$ a.a 93-08	$\Delta\%$ a.a 93-95	$\Delta\%$ a.a 95-03	$\Delta\%$ a.a. 03-08	razão- 1993	razão- 2008
CO	-6,28	-9,98	-0,47	-13,50	2,07	3,34
N	-3,22	-9,21	1,10	-7,42	1,29	1,29
NE	-3,25	-5,80	-0,16	-7,02	-	-
S	-5,91	-7,93	-1,83	-11,33	2,20	3,34
SE	-5,77	-16,99	1,44	-11,90	2,26	3,36
BR	-4,20	-9,66	0,25	-8,79	1,61	1,86

Fonte: Cálculos dos autores a partir dos dados do Ipeadata.

Notas: As colunas 2, 3, 4 são variações percentuais médias do período pegando os dois extremos e obtendo a taxa composta. Razão ser refere a proporção de pobres do Nordeste dividido em relação à das demais regiões.

Porém, o período 1993-2008 pode ser classificado pelo menos em três fases distintas, que podem ser constatadas no GRAF. 4. A primeira fase compreende a segunda coluna da TAB. 5, entre 1993 e 1995 houve significativas reduções na proporção de pobres, 5,80% a.a no Nordeste e 9,66% a.a no Brasil. As quedas na pobreza desse período estão relacionadas ao êxito do Plano Real em relação à redução e à estabilização da inflação.

⁶ Para detalhes sobre a metodologia da linha de pobreza ver <http://www.ipeadata.gov.br/>.

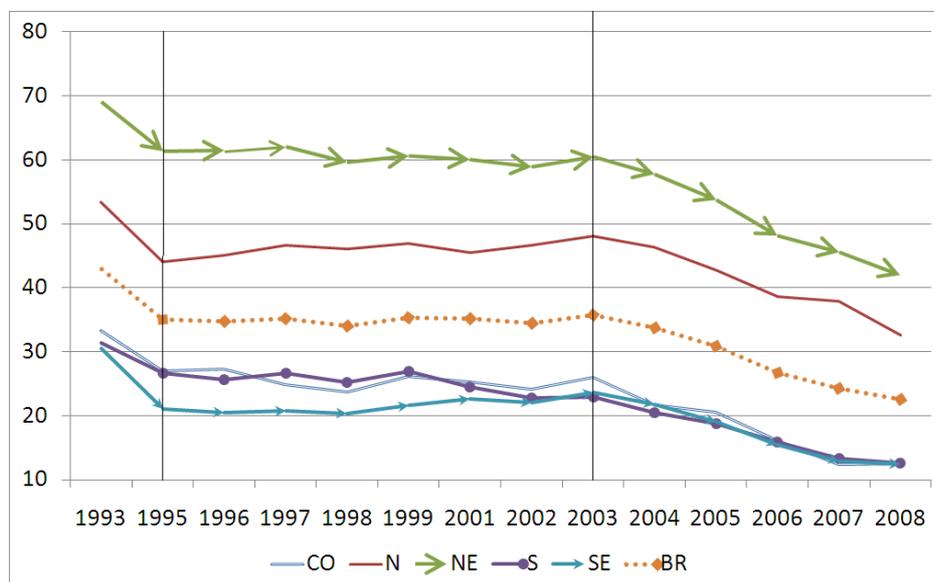


GRÁFICO 4 – Evolução temporal da pobreza nas regiões do Brasil no período de 1993-2008

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Ipeadata.

Mas entre 1995 e 2003, período este que corresponde a dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ao primeiro ano do governo Lula, houve estabilidade na evolução da pobreza, tanto no Nordeste como no Brasil, apresentando alguns anos de pequenos aumentos e outros de pequenas reduções. Cabe lembrar que o governo FHC seguia um processo de privatização que diminui o espaço do Estado como indutor de desenvolvimento. Em compensação, é nesse governo que são criados os programas de transferências de renda tais como: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás. Esses programas são intensificados (ou em outras palavras, a cobertura e os gastos são aumentados) no governo Lula, tendo esses três últimos programas sido unificados no Programa Bolsa Família (PBF) no final do ano de 2003⁷.

Assim, é a partir de 2004 – marcado pela intensificação dos programas de transferência de renda, importantes ganhos reais do salário míni-

⁷ Sobre esse assunto ver Rocha (2005).

mo, e ainda, maior estabilidade da economia e maior crescimento do PIB *per capita* – que passa a ocorrer importantes e continuadas reduções na pobreza. O Nordeste, em 2003, possuía 60,52% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza; em 2008, esse número já era de 42,06%, o que representa uma queda de 7,02% a.a. No Brasil a redução para esse período foi ainda mais expressiva, 8,79% a.a.

Cabe analisar que o Nordeste ainda continua sendo a região mais pobre⁸, com um nível de proporção de pobres muito acima do Centro-Sul do país. E ainda, as evidências dos dados gerais da TAB. 5 mostram que a pobreza do Nordeste decresceu em uma velocidade menor do que no Centro-Sul do país. E assim, as duas últimas colunas mostram que em termos relativos, as disparidades do Nordeste em relação às demais regiões, com exceção à região Norte, aumentaram entre 1993 e 2008.⁹

A redução da pobreza pode ocorrer devido ao aumento da renda e/ou reduções da desigualdade. Esta última tem sido um fator importante para redução da pobreza¹⁰. A TAB. 6 mostra a evolução da desigualdade de renda – mensurada pelo índice de Gini – entre 1993 e 2008.

TABELA 6
Desigualdade de renda nas regiões do Brasil no período de 1993 a 2008

	1993	1996	2001	2008
CO	0,61	0,60	0,60	0,57
N	0,58	0,58	0,57	0,51
NE	0,63	0,62	0,60	0,56
S	0,56	0,56	0,55	0,50
SE	0,57	0,56	0,57	0,52
BR	0,60	0,60	0,60	0,55

Fonte: Ipeadata.

⁸ Cabe ressaltar que a análise não está levando em consideração diferenças na própria região Nordeste. Um fato encontrado é que a pobreza é maior nas áreas rurais do que nas urbanas. Gonçalves, Sobel e Costa (2008) mostram que a diferença na proporção de pobres entre área rural e urbana, em 2005, na região Nordeste, era de 13,6 pontos percentuais.

⁹ Quando a análise é feita em termos absolutos, ou seja, as diferenças entre as proporções de pobres, os dados mostram que as disparidades do Nordeste em relação às demais regiões diminuíram.

¹⁰ Ver, por exemplo, Barros *et al.* (2010).

Observa-se na tabela anterior que, entre 1993 e 2008, a desigualdade de renda foi reduzida em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o índice de Gini declinou 11,11%, passando de 0,63 para 0,56. Para esse mesmo período, no Brasil, esse índice declinou 8,33%, passando de 0,60 para 0,55. Tanto para a região Nordeste como para o Brasil, o ano de 2008 apresenta o menor nível de desigualdade de renda do período analisado.¹¹ Contudo, esse período não é homogêneo como pode ser observado na TAB. 6 e mais claramente no GRAF. 5.

Nota-se que a desigualdade de renda tem uma tendência decrescente entre 1996 e 2008 no Nordeste e, para o Brasil, entre 2001 e 2008. Vários autores chamam a atenção para a queda presenciada na desigualdade de renda nos últimos anos e investigam seus determinantes. Por exemplo, Soares, Ribas e Soares (2009) mostram que a renda do trabalho, aposentadorias e pensões públicas e os programas de transferência de renda (BPC e PBF) contribuíram cada um, com aproximadamente um terço da queda no índice de Gini presenciada entre 2004 e 2006.¹²

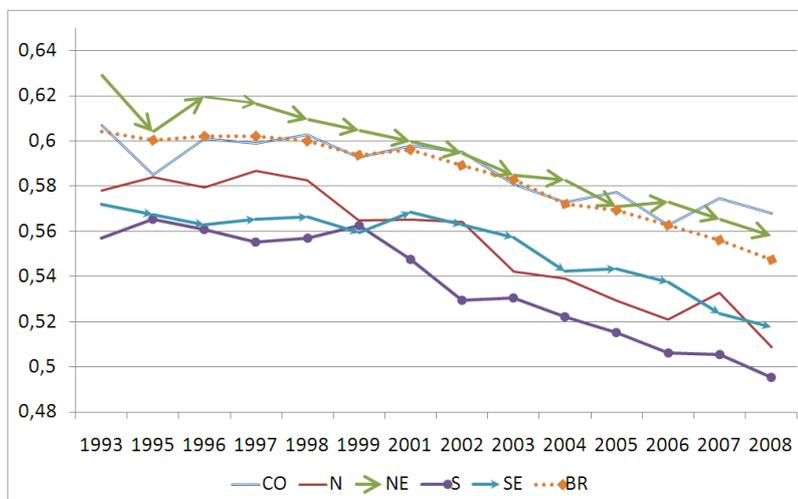


GRÁFICO 5 – Evolução da desigualdade de renda nas regiões do Brasil no período de 1993 a 2008

¹¹ Para ser mais exato é o menor nível de desigualdade de renda de registro de toda a série histórica da PNAD, ou seja, dos últimos 30 anos, sobre esse assunto ver Barros *et al.* (2010).

¹² Sobre os determinantes da queda recente da desigualdade de renda no Brasil ver também Barros *et al.* (2007, 2010); Hoffmann (2006); Soares *et al.* (2006).

Já Silveira Neto e Gonçalves (2007) analisam o impacto das transferências de renda e do mercado de trabalho sobre a queda na desigualdade de renda, entre 1995 e 2005, no Nordeste e no Brasil. Os principais resultados mostram que a fonte mais importante para a queda na desigualdade de renda em âmbito nacional foi o mercado de trabalho, enquanto que na região Nordeste a fonte mais importante foram as transferências de renda, estas que contribuíram em 60% da queda no índice de Gini. Resultados similares são obtidos em Sátyro e Soares (2009). Esses autores fazem uma análise dos determinantes da variação na desigualdade de renda entre 2004 e 2006 para os estados do Brasil, e acham que, para os estados do Nordeste, as transferências de renda, principalmente o PBF, são a principal causa da redução na desigualdade de renda, já para os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o principal responsável foi a renda do trabalho.

Assim, essa combinação de reduções na desigualdade de renda e na pobreza tem caracterizado uma fase diferente para economia nordestina, com um crescimento do PIB maior que o nível nacional e reduções da desigualdade. Carvalho (2008) chama a atenção para um novo padrão de crescimento

O crescimento econômico do Nordeste nos primeiros anos do século XXI vem despertando o interesse dos estudiosos devido às suas taxas médias positivas, e a fenômenos como: elevação da renda dos segmentos mais pobres, aceleração do consumo e redução das desigualdades sociais [...] Essa combinação de crescimento econômico com distribuição de renda configura-se numa fase particular, ainda em construção, na história regional desde a criação da Sudene. (CARVALHO, 2008, p.92)

Pode ser destacado que, apesar de programas federais de transferência de renda não serem explicitamente políticas de benefício a uma determinada região, ao seguir tais políticas, o governo acaba (supondo que esses programas são efetivos quanto à sua cobertura), beneficiando relativamente mais as regiões pobres tal como o Nordeste.¹³

¹³ A região Nordeste tem aproximadamente 50% das famílias beneficiadas pelo PBF. Para mais detalhes, ver Carvalho (2008) e Santos *et al.* (2009).

Também cabe chamar a atenção que o Brasil e o Nordeste ainda apresentam desigualdade de renda muito elevada. A TAB. 7 mostra que os 50% mais pobres da população nordestina em 1993 apropriavam 11,62% da renda total, enquanto 10% mais ricos apropriavam 52,60%. No Brasil essa situação não é muito diferente. Em 1993, 48,64% da renda era apropriada pelos 10% mais ricos. Apesar de, em 2008, a situação melhorar, ainda uma pequena parte da população apropria uma elevada parcela da renda.

TABELA 7
Apropriação da renda dos 50% mais pobres e dos 10% mais ricos (em%), regiões do Brasil nos anos 1993 e 2008

	50% pobres		10% ricos	
	1993 e 2008		1993 e 2008	
CO	12,80	14,88	50,34	46,72
N	14,28	17,40	47,53	40,00
NE	11,62	15,16	52,60	45,43
S	15,10	18,27	44,81	38,92
SE	14,19	17,14	45,87	40,98
BR	12,31	15,25	48,64	43,24

Fonte: Ipeadata.

Em síntese, apesar das melhorias, a região Nordeste ainda apresenta a maior porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza do Brasil, mostrando disparidades entre as regiões. E ainda no Brasil em geral, incluindo a região Nordeste, há um elevado nível de desigualdade de renda.

EDUCAÇÃO

A educação é de extrema importância no desenvolvimento de uma nação, e também na habilidade e inclusão dos indivíduos na sociedade. Ao mesmo tempo, é visível que a educação, em sua forma de escolarização, muitas vezes não é acessível a toda a população.

Assim, políticas públicas devem visar aumentar as oportunidades de escolarização à população mais carente. Já que, se é verdade que a

educação implica maior renda, também é verdade que maior renda traz maior facilidade de acesso a bens e serviços dentre eles a educação.

A evolução da educação nas regiões brasileiras (TAB. 8) mostra que no Nordeste houve um aumento de aproximadamente 0,13 ponto a.a nos anos médios de estudo da população de 25 anos ou mais. No Brasil, o aumento foi aproximadamente o mesmo. Apesar do avanço desse indicador, o Nordeste ainda possui o menor nível de escolaridade entre as regiões brasileiras.

TABELA 8
Anos médios de escolaridade de pessoas de 25 anos ou mais, regiões do Brasil, 1993-2007

	1993	1997	1999	2001	2003	2007
CO	5,28	5,71	5,89	6,10	6,51	7,11
N	5,00	5,40	5,74	5,96	6,18	6,35
NE	3,68	4,00	4,21	4,44	4,74	5,43
S	5,34	5,76	6,02	6,25	6,66	7,18
SE	5,74	6,18	6,40	6,68	6,97	7,63
BR	5,08	5,48	5,71	5,96	6,28	6,88

Fonte: Ipeadata.

Outro fato marcante na população brasileira e, principalmente nordestina, refere-se ao analfabetismo. Esse fato pode limitar muito a capacidade da população exercer a cidadania. A TAB. 9 mostra a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, que se refere à porcentagem da população dessa faixa etária que não consegue ler e escrever um bilhete simples.

TABELA 9
Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (em %), regiões do Brasil, 1993-2007

	1993	1997	1999	2001	2005	2007
CO	14,03	12,44	10,78	10,25	8,93	8,08
N	14,92	13,56	12,29	11,25	11,58	10,89
NE	31,94	29,52	26,66	24,31	21,96	19,98
S	9,85	8,29	7,78	7,09	5,91	5,45
SE	9,89	8,55	7,78	7,49	6,56	5,75
BR	16,42	14,73	13,34	12,37	11,07	10,01

Fonte: Ipeadata.

Nota-se que a taxa de analfabetismo no Brasil declinou 0,46 ponto percentual a.a entre 1993 e 2007. Analisando as regiões, percebe-se que o Nordeste tinha, em 1993, uma taxa de analfabetismo de 31,94%, em 2007, essa taxa era de 19,98%. Isso significa que essa região obteve a maior redução nesse indicador, uma queda de 0,854 ponto percentual a.a. Contudo, apesar da expressiva redução, esse fato não foi suficiente para tirar a região do último lugar no nível educacional do país, considerando esse indicador, ou seja, a região Nordeste tinha uma taxa de analfabetismo aproximadamente o dobro da do Brasil, e cerca de três vezes e meia maior que as das regiões Sul e Sudeste. Cabe deixar claro que as diferenças regionais quanto à taxa de analfabetismo está sendo simplificada, já que as regiões são consideradas no agregado, não levando assim em consideração diferenças tal como rural e urbana.¹⁴

Em geral, a taxa de analfabetismo pode estar ligada a pessoas em faixas etárias maiores, ou seja, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, na maioria das vezes está fortemente influenciada pelo analfabetismo de pessoas mais velhas. Como forma de verificar os esforços de melhorias para a educação dos mais jovens, as tabelas 10 e 11 mostram, respectivamente, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos.

TABELA 10
Taxa de analfabetismo de pessoas entre 10 e 14 anos (em %),
regiões do Brasil, 1993-2007

	1993	2001	2007	Dif.-1993	Dif.-2007
CO	5,57	1,87	1,50	21,13	5,27
N	9,28	4,72	4,17	17,42	2,60
NE	26,70	9,50	6,77	-	-
S	2,13	1,18	1,00	24,57	5,77
SE	3,22	1,24	0,95	23,48	5,82
BR	11,29	4,18	3,09	15,41	3,68

Fonte: Ipeadata. Cálculos dos autores.

Notas: Dif. Se refere a diferença entre as taxas do Nordeste com relação as taxas das demais regiões.

¹⁴ Sobre esse assunto, ver IBGE (2008).

A TAB. 10 mostra que a queda de 1,42 ponto percentual a.a na taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos no Nordeste foi expressiva, muito maior que nas demais regiões. Ou seja, essa região tinha em 1993, 26,70% de analfabetos dessa faixa etária, caindo para 6,77% em 2007. Já para o Brasil essa queda foi de 0,59 ponto percentual a.a. Assim, nesse período, houve uma diminuição das disparidades, a diferença nas taxas de analfabetismo dessa faixa etária entre o Brasil e o Nordeste era de 15,41 pontos percentuais em 1993, em 2007 era de apenas 3,68 pontos percentuais, movimento esse percebido melhor no GRAF. 6.

Já a TAB. 11 mostra que a taxa de analfabetismo na faixa etária de jovens de 15 a 17 anos também teve uma tendência decrescente, em 1993 a taxa era de 18,79% no Nordeste, em 2007 passou a ser de 3,55%, uma redução de 1,09 ponto percentual a.a.

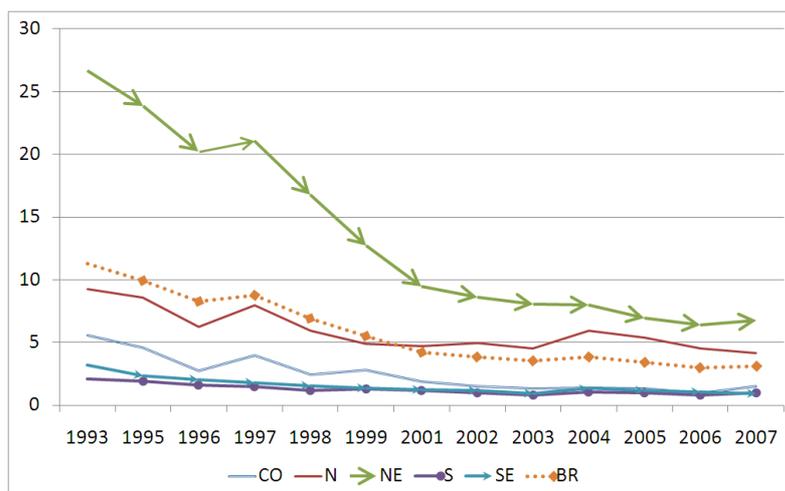


GRÁFICO 6 – Evolução da taxa de analfabetismo entre 10 e 14 anos, regiões do Brasil, 1993- 2007

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores.

TABELA 11
Taxa de analfabetismo de pessoas entre 15 e 17 anos
(em %), regiões do Brasil, 1993-2007

	1993	2001	2007	Dif-1993	Dif-2007
CO	3,31	1,42	0,71	5,68	4,98
N	4,60	3,35	1,57	4,08	2,26
NE	18,79	6,22	3,55	-	-
S	2,49	1,31	0,59	7,55	6,02
SE	2,77	1,08	0,82	6,77	4,31
BR	8,09	2,94	1,69	2,32	2,11

Fonte: Ipeadata. Cálculos dos autores.

Notas: Dif. Se refere a diferença entre as taxas do Nordeste em relação as taxas das demais regiões.

A evolução da escolaridade ocorrida pós Plano Real, marcada por maiores anos médios de estudo e redução da taxa de analfabetismo, demonstram a grande melhoria do sistema educacional e sua maior capacidade de alfabetizar os jovens. Contudo, em 1993, a taxa de analfabetismo de 26,70% (faixa 10 a 14 anos) e 18,79% (faixa de 17 anos) no Nordeste mostrava um patamar gravíssimo. E a queda nessa taxa, ocorrida no período entre 1993 e 2007, indica melhorias, mas que são taxas que ainda se encontram em nível alto. Por exemplo, no Nordeste, em 2007, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos era a pior de todas as regiões, sendo cerca de sete vezes maior do que as taxas das regiões Sul e Sudeste. E por fim, o simples fato de ainda em 2007 existirem 6,77% de analfabetos entre 10 e 14 anos e 3,55% entre 15 e 17 anos, significa que o sistema educacional ainda permite que existam jovens analfabetos, fato que pode ter sérios impactos no longo prazo.

Cabe ressaltar que, além da população nordestina em média possuir baixa escolaridade, essa análise deixa de lado outro fato que muitas vezes distancia essa região das demais, que se refere à qualidade da educação. Contudo, esse assunto foge do objetivo deste trabalho.

SANEAMENTO BÁSICO

Esta subseção trata das condições de saneamento básico no que se refere à moradia das pessoas. Ou seja, a análise é feita por meio da

porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com condições adequadas de esgoto ou abastecimento de água.

Abastecimento adequado de água e esgotamento sanitário tem impacto forte sobre a saúde da população. Por exemplo, por meio de doenças como a cólera, infecções gastrintestinais, febre tifóide, poliomielite, amebíase, esquistossomose e shigelose, a falta de abastecimento adequado de água e esgotamento sanitário impacta na falta de saúde da população, principalmente saúde infantil, acarretando em altas taxas de mortalidade infantil e na infância¹⁵. Portanto, há uma estreita relação entre renda e saneamento, entre saneamento e saúde e, conseqüentemente, entre saúde e renda.

Assim, os serviços de saneamento básico afetam o bem-estar da população. E, sem dúvida, a falta de saneamento básico atinge mais os pobres¹⁶, pessoas excluídas do acesso a diversos bens e serviços e que, em condições inadequadas de moradia, está muito mais suscetível a ter uma saúde precária.

A TAB. 12 mostra a evolução da porcentagem de pessoas com abastecimento adequado de água (doravante abastecimento de água) – que se refere ao percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água por intermédio de rede geral com canalização interna ou de poço ou nascente com canalização interna – para as regiões do Brasil no período de 1993 a 2007. Percebe-se nessa tabela que, no Nordeste, o abastecimento adequado de água aumentou 2,02 pontos percentuais a.a entre 1993 e 2007. Aumento esse superior ao presenciado nas demais regiões. No Brasil, esse aumento foi de 1 ponto percentual a.a. Portanto, como o crescimento desse indicador foi maior no Nordeste, houve redução nas disparidades dessa região comparado a regiões do Centro-Sul e houve ultrapassagem em relação à região Norte.

¹⁵ Ver Alvez e Belluzzo (2004), Mendonça e Seroa da Motta (2005) e Soares (2008).

¹⁶ Ver Mendonça e Seroa Motta (2005) p.2.

TABELA 12
% de pessoas com abastecimento adequado de água
(em %), regiões do Brasil, 1993-2007

	1993	2001	2007	Dif-93	Dif-07
CO	77,38	90,45	96,22	28,45	18,94
N	61,78	70,87	74,01	12,85	-3,27
NE	48,93	64,83	77,28		
S	89,26	96,15	98,40	40,33	21,12
SE	90,48	96,37	98,26	41,55	20,98
BR	75,87	85,45	90,38	26,94	13,10

Fonte: Ipeadata. Cálculos dos autores.

Notas: Dif. Se refere a diferença entre as taxas do Nordeste com relação as taxas das demais regiões.

O abastecimento de água no Brasil tem um número relativamente satisfatório sendo maior que em vários países da América Latina e em alguns casos de países considerados desenvolvidos (MENDONÇA e SEROA DA MOTTA, 2005 apud SEROA da MOTTA AVERBURG, 2002). Contudo, mesmo levando em consideração as melhorias, há grandes disparidades entre as regiões. O Nordeste, em 2007, possuía apenas 77,28% de pessoas com abastecimento adequado de água, número muito menor do que os 98% (aproximadamente) das regiões Sul e Sudeste, ou seja, uma diferença de mais de 20 pontos percentuais.

TABELA 13
% de pessoas com abastecimento adequado de esgoto
(em %), regiões do Brasil, 1993-2007

	1993	2001	2007	Dif.93	Dif.07
CO	34,14	41,89	45,97	3,95	-6,71
N	38,74	48,12	52,42	8,55	-0,26
NE	30,19	40,78	52,68	-	-
S	55,26	67,42	77,98	25,07	25,30
SE	74,31	82,52	88,16	44,12	35,47
BR	54,07	63,48	70,98	23,88	18,30

Fonte: Ipeadata. Cálculos dos autores.

Notas: DiDif. se refere à diferença entre as taxas do Nordeste em relação às taxas das demais regiões.

A TAB. 13 mostra a porcentagem de pessoas com abastecimento adequado de esgoto (doravante serviço de esgoto) – que se refere à porcentagem de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto, ou seja, que tem banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora – para as regiões do Brasil entre os anos de 1993 e 2007.

Observa-se que, em 1993, havia apenas 30,19% da população nordestina com serviço de esgoto. Em 2007, passou a 52,68%, o que indica um aumento desse serviço de 1,61 ponto percentual a.a. Esse aumento foi menor apenas do que o presenciado na região Sudeste.

Diferente do abastecimento de água, o serviço de esgoto ainda é fraco no Brasil, principalmente na área rural. Se no Brasil os números não são bons, quando analisadas as disparidades regionais, percebe-se que o Nordeste, em 2007, tinha a segunda pior situação entre as regiões do Brasil (para ser mais exato, era aproximadamente igual à região Norte), tendo uma diferença em relação à região Sudeste de 35,47 pontos percentuais. Ou seja, considerando o ritmo de crescimento desse indicador entre 1993 e 2007, demoraria mais 22 anos para o Nordeste chegar à situação desse último ano de análise, 2007, verificado na região Sudeste.

CONCLUSÃO

Conforme assinalado por Guimarães Neto (2004), a região Nordeste sempre seguiu a tendência de crescimento apresentada pelo Brasil, crescendo quando esta última crescia e reduzindo a intensidade do seu nível de atividades quando a economia nacional registrava desaceleração.

A média de taxa de crescimento entre 1993 e 2007 foi de 3,51% para o Nordeste e de 3,43% para o Brasil. Verificamos também que, enquanto que no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) a média de crescimento foi de 1,63%, no governo Lula (2002-2006) foi de 5,63%. Os resultados são parecidos quando analisamos para o Nordeste: foi de 1,95% a média de crescimento do PIB no governo FHC e de 5,55% no governo Lula.

Quando comparamos os níveis de PIB per capita, constatamos que a região Nordeste possui o menor nível entre as macrorregiões brasileiras. Em 2007, a renda per capita dos nordestinos atingiu R\$ 3.862, o que

correspondia a menos da metade do PIB per capita nacional (R\$8.272). O que chamou a atenção foi o desempenho da região Centro-Oeste, que desde 2002 apresenta o segundo maior nível de PIB per capita, ultrapassando a região Sul.

Quanto à participação dos setores da economia como proporção do PIB, em 2007, cerca de 71,31% do PIB brasileiro teve como origem o setor de serviços, enquanto que para o Nordeste a proporção aumenta para 71,9%.

Analisamos também a evolução das importações e exportações brasileiras como também para as grandes regiões. O volume das importações e exportações cresceu significativamente no período analisado, mas não de forma homogênea. As exportações chegaram a ter uma diminuição em 1995 em relação a 1994, fenômeno esse justificado pela âncora cambial do Plano Real. A maior média de crescimento das exportações foi entre 2000 e 2005, logo após a desvalorização do Real frente ao Dólar, e, consequência da crise asiática. Quanto à demanda de importações, a instabilidade foi ainda maior. Durante o período analisado, houve cinco anos de diminuição das importações. A recuperação ocorre exatamente quando é registrado um maior crescimento da economia brasileira, entre os anos de 2004 e 2006.

Em relação aos indicadores socioeconômicos, no período de 1993-2007, o Nordeste apresentou melhorias em todas as dimensões analisadas neste trabalho: pobreza, desigualdade de renda, educação e saneamento básico.

Entre 1993 e 2008, a pobreza na região Nordeste teve uma queda de 3,25% a.a. Contudo, esse período pode ser dividido em três fases: 1993-1995, forte queda na pobreza; 1995-2003, pobreza estável; e 2003-2008 novamente forte queda na pobreza. O Nordeste também apresentou importantes reduções na desigualdade de renda, tendo uma queda contínua entre 1996-2008. Apesar dessas melhorias, o Nordeste ainda apresenta pobreza mais de três vezes as das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. E o Brasil, em geral, incluindo a região Nordeste apresenta péssima distribuição de renda.

Já com relação à educação, os anos médios de estudo da população nordestina têm aumentado. E a região Nordeste foi a que apresentou a maior redução nas taxas de analfabetismo, seja as de pessoas de 15 anos ou mais e, principalmente, nas faixas etárias de 10 a 17 anos. Contudo, a região ainda apresenta a menor média de anos de escolaridade do Brasil, e a taxa de analfabetismo em 2007, apesar de relativamente baixa em relação a pe-

ríodos como ano de 1993, ainda se encontra num patamar alto, pelo simples fato de o atual sistema educacional permitir ainda que existam quase 7% de analfabetos entre 10 e 14 anos e 3,55% entre 15 e 17 anos, o que pode trazer sérios impactos no desenvolvimento dessa região.

Por fim, em relação às condições de habitação no que se refere ao saneamento básico, observou-se que, no Nordeste, entre 1993 e 2007, a cobertura de água e serviço de esgoto aumentou proporcionalmente mais do que nas demais regiões. Contudo, ainda é grande a diferença entre o abastecimento de água da região Nordeste e das demais regiões, onde o Brasil possui relativamente uma boa cobertura desse serviço. Já em relação ao esgotamento sanitário, a cobertura do Brasil ainda é fraca, e o Nordeste em 2007, possuía a pior situação junto com a região Norte.

Longe ainda de ter se tornado um “paraíso”, a região Nordeste vive hoje uma nova dinâmica econômico-social, em que suas potencialidades aparentam estar sendo mais bem utilizadas em busca do maior desenvolvimento da região. O que ficou claro também é que esse desenvolvimento passa pela adoção e permanência de políticas públicas com vistas a melhorar a qualidade de vida do povo nordestino.

Portanto, o tema das desigualdades regionais ainda mostra sua importância no presente contexto, diante das diversas disparidades no PIB, PIB per capita, pobreza, educação e saneamento básico. Ou seja, constituem-se grandes desafios ao Nordeste reduzir ainda mais a pobreza, melhorar o nível educacional e a qualidade de ensino, erradicando a taxa de analfabetismo, principalmente dos mais jovens e melhorar a infraestrutura em geral.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D., BELUZZO, W., (2004). Infant mortality and child health in Brazil. *Economics and human biology* 2 (3), 391–410 (December).
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, MENDONÇA, R. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. *Texto para discussão*, n. 1253, Ipea, 2007.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, MENDONÇA, R. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. *Texto para discussão*, n. 1460, Ipea, 2010.
- CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento. In: *XXXVI Encontro Nacional de Economia*, 2008, Salvador. *Anais do XXXVI Congresso de Economia*. Salvador : Anpec, 2008. v. 1.
- GONÇALVES, M, SOBEL, T e COSTA, E. Evolução e caracterização dos níveis de pobreza do Nordeste entre 1995 e 2005. *Fórum BNB de Desenvolvimento*, Fortaleza, 2008.
- GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. In *Revista Estudos e Pesquisas*. n.67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.
- HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, v.8, n.1, p.55-81, julho, 2006.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE, 2008
- ROCHA S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. *Revista Economia Contemporânea*, v.9, n.1, p. 153-185. jan/abr.2005.
- SANTOS, A. M. A. ; ROCHA, K.K.B. ; TEJADA, C.A.O. ; JACINTO P.A. . A importância dos programas federais de transferência de renda na redução da pobreza e desigualdade de renda na região Nordeste e no estado de Alagoas. In: *Sober 47º Congresso*, 2009, Porto Alegre. *Anais do Sober 47. Congresso*, 2009

SILVEIRA NETO, R. M.; GONÇALVES, M. Mercado de trabalho, transferência de renda e evolução da desigualdade de renda no Nordeste do Brasil entre 1995 e 2005. *Fórum BNB de Desenvolvimento*, Fortaleza, 2007.

SÁTYRO, N.; BARROS, R. P. Análise do impacto do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada na redução da desigualdade nos estados brasileiros – 2004 a 2006. *Texto para discussão*, n.1435, Ipea, 2009.

SOARES, F.; SOARES, S., MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade. *Texto para discussão*, n. 1228, Ipea, 2006.

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. Focalização e cobertura do Programa Bolsa-Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias. *Texto para discussão*, n. 1396, Ipea, 2009.

SOARES, R. R. (2007) Health and the evolution of welfare across brazilian municipalities. *Journal of development economics*, v.87, p.590-608.